



## EDITORIAL

**Janete Lara de Oliveira**  
janetelara@face.ufmg.br  
UFMG

## EDITORIAL

Com a publicação deste número, a GES se prepara – como todos os periódicos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo – para a nova avaliação a ser realizada ainda este ano pela CAPES, visando atualizar o sistema QUALIS da área. Quando da realização do último QUALIS, há mais de três anos, a GES ainda não atendia os requisitos básicos para submeter-se ao processo. Embora o tempo de espera tenha sido longo, acreditamos que foi um tempo importante para o amadurecimento do periódico, para sua inserção no Sistema SEER, para possibilitar o aumento na periodicidade (de semestral para quadrimestral) e para o difícil processo de inserção na comunidade, quando ainda não se reconhecido pelo sistema.

Os critérios a serem utilizados pela CAPES são aqueles evidenciados pelo documento produzido pela ANPAD intitulado *Boas Práticas de Publicação Científicas: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais*, que inclusive publicamos na íntegra no v.4, n.9. Além da definição de critérios básicos para a submissão de um periódico para a avaliação, há ainda diversos outros, relativos a questões éticas, papel do Editor, do Comitê de Política Editorial e recomendações ao(s) autor(es) e revisor(es). Como se depreende do documento, a preparação de um periódico para a avaliação não é uma tarefa simples nem alcançada em curto prazo. E, o que se pode esperar desse processo de avaliação? Algumas questões nos parecem importantes.

Houve um significativo e importante aumento no número de periódicos nos últimos anos, particularmente na área de administração, fruto do aumento da produção e da maior importância atribuída a produções qualificadas. A necessidade de um maior número de periódicos para dar vazão a essa produção gera, naturalmente, a necessidade de estabelecer critérios para classificar os periódicos nos quais os pesquisadores publicam, tanto os nacionais como os internacionais. A classificação do periódico gera, obviamente, toda uma lógica de rigor, prazos, dificuldades de tramitação, pontuação e valoração pela comunidade.

O sistema gera, como em vários outros, protestos de muitos, incompreensão de outros tantos e desistência por parte de alguns. A lógica produtivista é invocada como sinônimo de perda de qualidade por uma avassaladora quantidade de artigos que poucos lêem e quase nenhum impacto gera. Parte dessas críticas é verdadeira, mas devemos também refletir sobre um outro ponto: não seria esse um percurso necessário para produzir o amadurecimento científico da área? Não teríamos, após um primeiro momento de aumento na quantidade, também uma melhoria na qualidade, tanto da produção como dos periódicos? (e aqui, a relação é a de um círculo virtuoso, na qual não se pode estabelecer exatamente o que começa primeiro).

A definição de um QUALIS para a área parece ter, assim, um papel extremamente importante: o de iniciar um processo. A reavaliação dos periódicos – que incluirá vários dos que estão aguardando pelo momento da avaliação há bastante tempo, deverá também reconhecer o mérito daqueles que se esforçaram arduamente para melhorar seu processo editorial. Espera-se também que o estrato A1 seja mais representativo do que é atualmente em termos das publicações mais relevantes para a área e que o A2 inclua os periódicos nacionais mais maduros e reconhecidos pela comunidade.

Nesse número, temos cinco artigos, oriundos de cinco estados brasileiros. O primeiro deles – *(Des)caminhos e encruzilhadas das mulheres na outra economia: um estudo de caso no Assentamento Rural Pastorinhas*, uma produção de Fernanda de Lazari Cardoso Mundim e de

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, discute os limites e possibilidades da Economia Popular Solidária (EPS), a partir de um estudo de caso realizado no Assentamento Rural das Pastorinhas (Brumadinho/MG). Os resultados indicam, de forma bastante otimista que, por meio de iniciativas econômicas solidárias, as mulheres podem atuar positivamente nos processos de emancipação do indivíduo, permitindo a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essas pessoas na sociedade.

O segundo artigo – *O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais* – traz uma importante contribuição no sentido de incorporar ao processo de revisão da literatura em estudos organizacionais a possibilidade de realizar a revisão bibliográfica sistemática. Na visão dos autores, Louise Lira Roedel Botelho, Cristiano Castro de Almeida Cunha e Marcelo Macedo, esse método permite ao pesquisador aproximar-se da problemática que deseja aprofundar, traçar um panorama desta produção científica e de sua evolução ao longo do tempo. Esse procedimento possibilitaria ao pesquisador visualizar novas e variadas oportunidades de pesquisa nos estudos organizacionais.

Uma investigação sobre a forma como trabalhadores de uma escola de samba vivenciam seu cotidiano foi realizada por Sérgio Henrique Barroca Costa. Em *Bem Estar dos Trabalhadores de Escola de Samba* o autor traça um perfil desse trabalhador e conclui, a partir dos discursos enunciados por eles que, apesar das deficiências, esses trabalhadores vivenciam bem-estar no contexto de trabalho, basicamente pelo significado atribuído ao que fazem, pela identificação institucional e pelo reconhecimento que obtêm de suas comunidades e da sociedade, de maneira geral.

Os grandes debates da área pública, como revela o artigo de Marcello Beckert Zapelini, apresentam pontos comuns, independentemente do local onde ocorrem. Em *As “Big Questions” da Administração Pública: Uma Proposta para o Caso Brasileiro*, o autor identifica três grandes eixos em torno dos quais este debate ocorreu nos Estados Unidos, quais sejam: o gerenciamento de organizações públicas, a construção de um campo científico de estudos e as relações entre a Administração e o sistema político da nação. A partir deles, desenvolve uma proposta de questões centrais para o estudo da Administração pública brasileira, visando contribuir para delimitar as fronteiras e auxiliar na construção de estratégias de pesquisa de contribuam para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa nacional.

O último artigo deste número – *Plano Diretor como Instrumento de Planejamento Participativo: Um Estudo na Cidade de Caruaru/PE* – de autoria de Maria das Graças Vieira e Cédric Cunha Gomes da Silva também analisa um importante desafio enfrentado pela área pública, que é operacionalizar a idéia do planejamento participativo, desenvolvendo processos que possibilitem agregar os interesses individuais e coletivos presentes em uma comunidade. A partir de uma experiência desenvolvida em Caruaru/PE, os autores identificam pontos fracos e possibilidades de melhoria do processo, basicamente relacionadas ao envolvimento da sociedade e ao monitoramento da execução do Plano Diretor. Foram propostas diretrizes para estimular uma maior participação da sociedade nas tomadas de decisão e à elaboração de mecanismos de monitoramento dos projetos e ações de curto e longo prazo.

A todos, uma boa leitura!

**Profa. Janete Lara de Oliveira**  
**Editora-Chefe da GES**